

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. José de Souza Campos, 507 –
5º andar Cambuí, Campinas (SP)

T +55 19 2042-1036

Aos Administradores e Acionistas da
Superbac Biotechnology Solutions S.A.
Cotia – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Superbac Biotechnology Solutions S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de junho de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



José Eduardo Moreira Rocha
Contador CRC 1SP-329.826/O-0

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

ATIVO					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.696	11.245	89.812	56.447
Contas a receber	6	1.162	736	268.942	125.153
Estoques	9	6.933	3.409	289.783	184.853
Impostos a recuperar	10	3.167	5.891	5.235	5.982
Outros ativos		18.751	1.260	22.223	3.963
Total do ativo circulante		31.709	22.541	675.995	376.398
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	18.921	17.265
Partes relacionadas	7	128.198	75.411	91.811	6.515
Impostos a recuperar	10	-	-	47.999	43.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	-	25.343	29.636
Outros ativos		22	-	409	259
Investimentos	8	-	89.374	-	-
Propriedade para investimento	11	-	-	81.963	81.963
Imobilizado	12	21.400	18.163	228.602	187.266
Intangível	13	1.822	983	7.118	7.308
Direito de uso	14	1.111	910	7.837	6.026
Total do ativo não circulante		152.553	184.841	510.003	379.940
Total do ativo		184.262	207.382	1.185.998	756.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo circulante					
Fornecedores	15	3.329	2.720	196.585	137.327
Empréstimos e financiamentos	16	733	7.494	652.625	243.183
Adiantamento de clientes	17	9.582	9.142	101.199	118.099
Instrumentos financeiros	25	-	-	3.570	2.499
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		12.986	10.257	21.353	17.978
Obrigações tributárias		3.403	3.245	5.726	5.832
Passivo de arrendamento	18	649	910	4.485	3.236
Outras contas a pagar		943	102	21.671	16.857
Total do passivo circulante		<u>31.625</u>	<u>33.870</u>	<u>1.007.214</u>	<u>545.011</u>
Passivo não circulante					
Fornecedores	15	-	-	7.123	-
Passivo de arrendamento	18	461	-	3.351	2.790
Empréstimos e financiamentos	16	752	1.416	47.629	35.039
Partes relacionadas	7	124.631	114.082	105.117	114.082
Provisão para perdas em investimentos	8	12.646	-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	369	385	1.786	1.787
Total do passivo não circulante		<u>138.859</u>	<u>115.883</u>	<u>165.006</u>	<u>153.698</u>
Patrimônio líquido	20				
Capital social		352.118	352.118	352.118	352.118
Ações em tesouraria		(5.356)	(5.356)	(5.356)	(5.356)
Reserva de capital		31.448	(72.657)	31.448	(72.656)
Outros resultados abrangentes		-	(988)	-	(988)
Prejuízos acumulados		<u>(364.432)</u>	<u>(215.488)</u>	<u>(364.432)</u>	<u>(215.489)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>13.778</u>	<u>57.629</u>	<u>13.778</u>	<u>57.629</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>184.262</u>	<u>207.382</u>	<u>1.185.998</u>	<u>756.338</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	21	9.824	9.261	1.040.796	705.985
Custo dos produtos vendidos	22	(8.472)	(11.346)	(814.644)	(561.708)
Lucro bruto		1.352	(2.085)	226.152	144.277
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	(9.347)	(5.958)	(128.846)	(100.010)
Despesas gerais e administrativas	22	(34.041)	(39.640)	(70.972)	(69.166)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(102.076)	(282)	-	-
Outras (despesas) e receitas, líquidas	22	(2.610)	5.912	(1.431)	7.112
		(148.074)	(39.968)	(201.249)	(162.064)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(146.722)	(42.053)	24.903	(17.787)
Receitas financeiras		10.111	9.154	84.773	50.318
Despesas financeiras		(12.273)	(3.732)	(249.550)	(65.289)
Variação cambial		(59)	(106)	2.618	(8.235)
Resultado financeiro, líquido	23	(2.221)	5.316	(162.159)	(23.206)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(148.943)	(36.737)	(137.256)	(40.993)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	24	-	-	(7.394)	(2.108)
Diferidos	24	-	-	(4.293)	6.364
		-	-	(11.687)	4.256
Prejuízo do exercício		(148.943)	(36.737)	(148.943)	(36.737)
Atribuível aos					
Acionistas controladores		-	-	(148.943)	(35.435)
Acionistas não controladores		-	-	-	(1.302)
Total		-	-	(148.943)	(36.737)
Prejuízo por ação básico - R\$				(3,49)	(0,87)
Prejuízo por ação diluído - R\$				(1,73)	(0,80)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(148.943)	(36.737)	(148.943)	(36.737)
Outros resultados abrangentes	988	(988)	988	(988)
Resultado abrangente total do exercício	(147.955)	(37.725)	(147.955)	(37.725)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	-	-	(147.955)	(36.423)
Acionistas não controladores	-	-	-	(1.302)
Total	-	-	(147.955)	(37.725)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de Capital		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total
			Ágio na emissão de ações	Reserva de Capital					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	352.117	(5.356)	93.662	-	-	(178.752)	261.671	17.398	279.069
Reserva de Bônus	-	-	-	8.699	-	-	8.699	-	8.699
Aumento de Capital Social	1	-	-	-	-	-	1	-	1
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	(97.350)	-	-	(97.350)	-	(97.350)
Pagamento baseado em ações	-	-	-	22.049	-	-	22.049	-	22.049
Provisão <i>Earn-out</i>	-	-	-	(99.716)	-	-	(99.716)	-	(99.716)
Alienação de participação societária	-	-	-	-	-	-	(1.302)	(16.096)	(17.398)
<i>Hedge</i> de preço	-	-	-	-	(988)	-	(988)	-	(988)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(36.737)	(35.435)	(1.302)	(36.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	352.118	(5.356)	93.662	(166.318)	(988)	(215.489)	57.629	-	57.629
Reserva de bônus	-	-	-	739	-	-	739	-	739
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	48.675	-	-	48.675	-	48.675
Pagamento baseado em ações	-	-	-	4.832	-	-	4.832	-	4.832
Provisão <i>Earn-out</i>	-	-	-	49.858	-	-	49.858	-	49.858
<i>Hedge</i> de preço	-	-	-	-	988	-	988	-	988
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(148.943)	(148.943)	-	(148.943)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	352.118	(5.356)	93.662	(62.214)	-	(364.432)	13.778	-	13.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(148.943)	(36.737)	(137.256)	(40.993)
Ajustado por:					
Depreciação e amortização	22	1.801	2.304	13.605	12.942
Amortização de direito de uso (IFRS 16)	22	1.150	1.123	4.814	2.958
Baixa de ativos imobilizados	12	119	576	163	5.821
Baixa de ativos intangíveis	13	-	1.343	-	243
Provisão para perdas de créditos esperadas	22	93	(350)	(1.837)	(6.020)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	(16)	17	(1)	638
Rendimentos de aplicação financeira	23	(173)	(85)	(7.945)	(2.226)
Instrumentos financeiros - derivativos		-	-	1.071	1.302
Perda por clientes incobráveis		-	26	-	5.810
Juros passivos (IFRS 16)	23	191	-	740	258
Reversão de <i>Earn-out</i>	22	-	-	-	(4.500)
Ajuste a valor presente		-	-	12.636	1.851
Provisão para comissões a pagar	22	195	128	36.748	35.449
Juros sobre empréstimos e financiamentos	23	1.234	1.432	75.843	27.020
Resultado de equivalência patrimonial	8	102.076	282	-	-
Valor justo propriedades para investimento	11	-	-	-	(5.213)
Despesa pagamento baseado em ações	22	4.832	22.049	4.832	22.049
		(37.441)	(7.892)	3.413	57.389
Redução (aumento) nos ativos:					
Contas a receber de clientes	6	(519)	86	(154.588)	(11.196)
Contas a receber de partes relacionadas	7	(52.787)	97.096	(85.296)	62.917
Estoques	9	(3.524)	(1.464)	(104.930)	(134.967)
Impostos a recuperar		2.724	(1.358)	(10.944)	(16.070)
Outros ativos		(17.570)	266	(18.410)	1.698
Redução (aumento) nos passivos:					
Fornecedores	15	609	1.482	66.381	86.094
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.729	7.492	3.375	12.722
Obrigações tributárias		158	(223)	(106)	1.722
Adiantamentos de clientes		440	9.142	(16.900)	59.737
Contas a pagar a partes relacionadas	7	109.083	(86.772)	89.568	(82.984)
Outros passivos		2.957	(4.961)	(26.563)	(16.767)
		44.300	20.786	(258.413)	(37.094)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações		6.859	12.894	(255.000)	20.295
Juros sobre financiamentos pagos	16	(1.286)	(1.428)	(67.591)	(21.800)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		5.573	11.466	(322.591)	(1.505)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativos imobilizados	12	(4.692)	(2.626)	(53.882)	(33.581)
Aquisição de intangível	13	(1.304)	(1.453)	(1.032)	(1.764)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Aquisição direito de uso	14	(1.351)	(1.040)	(6.625)	(7.991)
Aquisições (alienações) de participação societária		-	(17.238)	-	(1.302)
Aplicações financeiras	23	173	85	6.289	(8.646)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos		(7.174)	(22.272)	(55.250)	(53.284)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital		-	1	-	1
Reserva de bônus		739	8.699	739	8.699
Amortização de arrendamentos	18	(1.314)	(260)	(5.236)	(3.216)
Captação de empréstimos e financiamentos	16	4.291	614	760.060	133.855
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(11.664)	(3.905)	(344.357)	(92.094)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(7.948)	5.149	411.206	47.245
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(9.549)	(5.657)	33.365	(7.544)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.245	16.902	56.447	63.991
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.696	11.245	89.812	56.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A SuperBac Biotechnology Solutions S.A. (“Companhia” ou “SuperBac”) é uma sociedade por ações de capital fechado, fundada em 1995, com sede na Rua Santa Monica, 1025, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, Brasil, e, com sua controlada e coligada (“Consolidado”), tem como atividade principal a produção e comercialização de fertilizantes, bem como outros insumos no mercado biotecnológico, principalmente para o negócio agrícola no Brasil. As informações sobre os acionistas da Companhia estão divulgadas na Nota Explicativa nº 21 e as informações sobre investimentos em controlada e coligada na Nota Explicativa nº 8.

A Companhia possui unidades de pesquisa e desenvolvimento para o processo produtivo dos segmentos de agricultura, saneamento, óleo e gás e bens de consumo.

A SuperBac opera no mercado brasileiro de biotecnologia com mais de 20 anos acumulados de experiência neste segmento e utiliza somente microrganismos de origem natural, não patogênicos, não oportunistas e não geneticamente modificados.

Até dezembro de 2021, a Superbac detinha 76,52% do capital da subsidiária Superbac Industria e Comércio de Fertilizantes S.A. (“Fertilizantes”) e em 6 de dezembro de 2021 a Companhia celebrou um acordo de reorganização, no qual estabeleceram-se termos e condições aplicáveis a uma reorganização financeira e societária na Superbac que prevê a quitação de certas dívidas da Bio Genesis mediante a cessão e transferência pela Bio Genesis à Superbac de 2.132.131 ações representativas de 23,48% do capital total e votante da Fertilizantes.

Com a concretização da cessão e da transferência dessas ações, a Superbac passou a ser titular de 9.081.969 ações, representativas de 100% do capital social total e votante da Fertilizantes.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no consolidado de R\$ 331.219, decorrente do aumento no passivo circulante derivado em quase sua totalidade de empréstimos de curto prazo para capital de giro, tendo em conta a não ocorrência da operação de captação de capital através da fusão de sua Controladora com a XPAC, vide Nota Explicativa nº 27.

A Administração da Companhia vem adotando medidas para readequar o perfil de endividamento. Em particular, continua executando a sua estratégia de maximizar a utilização de seus ativos, sem renunciar à estrita disciplina financeira, visando o aumento de eficiência operacional e a geração de fluxo de caixa livre positivo.

A Companhia reportou prejuízo de R\$ 148.943 em 31 de dezembro de 2022. A capacidade da Companhia continuar com a normalidade das suas operações depende da renovação, extensão de linhas de crédito, obtenção de capital e da geração de operações futuras lucrativas. Especificamente, os níveis de endividamento da Companhia podem ter consequências importantes para o negócio, inclusive para a capacidade de financiar o capital de giro e de suportar desembolsos de capital recorrentes, tendo em conta os recursos necessários para pagar o serviço da dívida. Embora não haja garantias que a Companhia conseguirá gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para financiar as operações e atender sua dívida, Administração segue implementando ações de melhoria operacional e racionalização de custos e despesas, aporte de capital com fundos de investimento, bem como desenvolvendo tratativas com as instituições financeiras que historicamente têm apoiado as operações da Companhia.

Dentre as iniciativas que a Companhia vem adotando, no dia 12 de maio de 2022 foi assinado um Acordo de Investimento (“Acordo”) com o fundo XP Private Equity II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo XP”) com vistas à aquisição, pelo Fundo XP, de 30% de seu capital social em troca de um aporte de capital de R\$ 300.000, vide Nota Explicativa nº 27.

A Administração da Companhia acredita que o aporte de capital em sua controladora, os saldos de caixa atuais, os desenvolvimentos favoráveis quanto à liquidez e disponibilidade de suas linhas de crédito, a geração de caixa operacional futuro e a readequação do seu perfil de endividamento devam ser suficientes para atender às necessidades de capital de giro, despesas de capital, serviço da dívida e outras necessidades para o próximo exercício.

Com base nas projeções de fluxos de caixa da Administração, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como da conclusão das renegociações de dívida em andamento, a Administração entende que a Companhia possua os recursos adequados para continuar as suas operações em um futuro razoavelmente estimável de tempo. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 29 de junho de 2023.

2.2. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Geralmente, há uma presunção de que a maioria dos direitos de voto resulta em controle. Quando essa presunção não for observada e quando a Companhia tiver menos que a maioria dos direitos de voto ou similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O(s) arranjo(s) contratual(is) com os outros titulares de voto da investida;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- O direito de voto da Companhia e o direito de voto potencial.

A Companhia avalia regularmente se continua ou não a ter controle sobre uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que existem mudanças em um ou mais dos elementos de controle.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtém controle sobre a controlada e termina quando deixa de exercer o controle. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma controlada adquirida durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores da Companhia e aos não-controladores, mesmo que isso resulte nos acionistas não-controladores terem um saldo negativo. Quando necessário, são feitos ajustes nas demonstrações financeiras de subsidiárias para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos intragrupo, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relativos a transações entre os membros da Companhia são eliminados por completo na consolidação.

Mudanças na participação da controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece ativos, passivos, participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda do controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações desta natureza, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

Controladas e coligadas	Participação - %		Tipo de controle
	2022	2021	
Theriot Capital Group Inc. (a)	55,00	55,00	Coligada
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (b)	100	76,52	Controlada

(a) A atividade principal consiste em fabricação de produtos agrobiológicos. A empresa foi constituída no Panamá e opera na cidade de Panamá.

(b) A atividade principal consiste em fabricação de adubos e fertilizantes. A empresa foi constituída no Brasil e opera na cidade de Mandaguari. Anteriormente denominada Minorgan.

Na elaboração das demonstrações financeiras, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.4.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os registros contábeis inclusos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados utilizando a moeda principal do ambiente econômico em que cada controlada opera (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

2.4.1. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4.2. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de relatório.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- i) No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas para as circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

2.4.3. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens ou serviços no curso normas das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que seja provável que os benefícios econômicos fluirão para a entidade quando os critérios específicos forem atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia aplica o modelo do CPC 47 para mensurar e contabilizar a receitas de contratos com clientes, a qual estabelece o reconhecimento da receita em um valor que reflita a contraprestação esperada pela Companhia em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. O modelo é baseado em cinco etapas.

A receita operacional é reconhecida quando todas as condições a seguir forem atendidas:

- Identificação do contrato de venda ou prestação de serviços;
- Identificação das obrigações de desempenho.
- Determinação do valor de contrato;
- Determinação do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho inclusas no contrato; e
- Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou quando as obrigações de desempenho forem satisfeitas.

O reconhecimento da receita ocorre quando ou à medida que a Companhia cumpre uma obrigação de desempenho que consiste em transferir os riscos e benefícios significativos ao transferir o bem ou serviço ao cliente.

Venda de bens

A receita de venda de fertilizantes e outros produtos é mensurada pelo valor da contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens. É reconhecido quando o controle da mercadoria é transferido para o cliente, geralmente na entrega física do produto no local acordado com o cliente.

A Companhia determina o preço de venda analisando o custo de produção e agregando uma margem de lucro estratégica. Uma tabela de preços é elaborada, monitorada e atualizada regularmente.

Prestação de serviços

Quando o resultado de uma transação envolvendo a prestação de serviços pode ser estimada com segurança. A receita associada à transação é reconhecida na conclusão da transação no final do período de relatório.

A obrigação de desempenho é satisfeita e o pagamento ocorre após a conclusão da prestação de serviço pela Companhia.

O resultado de uma transação pode ser estimado de forma confiável quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- i) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- ii) É provável que os benefícios econômicos associados à transação serão transferidos para a entidade;
- iii) A conclusão da transação no final do período de divulgação pode ser mensurada com confiabilidade; e
- iv) Os custos incorridos na transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.4.4. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão de imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima dos limites previstos, e ajustados pelo benefício fiscal de 75% sobre o lucro da exploração. A contribuição social foi computada à alíquota de 9%.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.4.5. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado.

Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4.6. Imobilizado

São registrados pelo custo de aquisição ou construção, ajustados pelas depreciações apuradas com base no método linear, conforme taxas indicadas na Nota Explicativa nº 11, que são equivalentes a vida útil estimada. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

2.4.7. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

i) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece o direito de uso dos ativos na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, menos qualquer depreciação acumulada e perdas por *impairment*, e ajustados para qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos diretos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a propriedade do bem arrendado for transferida para a Companhia no final do prazo do arrendamento ou se o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do bem.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a depreciação e *impairment*, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.4.12 – Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”).

ii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem feitos durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, e montantes que se espera pagar sob garantias de valor residual.

Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de penalidades por rescisão do contrato, se o prazo do arrendamento for encurtado através da Companhia exercer a opção de rescindir o arrendamento.

No cálculo do valor presente dos pagamentos de arrendamento, a Companhia utiliza sua taxa de empréstimo incremental na data de início do arrendamento porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é prontamente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo do arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos de arrendamento (por exemplo, mudanças nos pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma mudança na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os passivos de arrendamento da Companhia estão inclusos na rubrica de empréstimos e financiamentos.

iii) Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de locação de 12 meses ou menos desde o seu início e não contêm uma opção de compra). A Companhia também aplica o reconhecimento do arrendamento de bens de baixo valor isenção para arrendamentos de equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Pagamentos de arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período do arrendamento.

2.4.8. Propriedade para Investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte.

Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, A Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.

2.4.9. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é baixado quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade do Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas por *impairment*. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é testado anualmente para *impairment*.

2.4.10. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (Vjora) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 06 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Instrumentos derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteção de riscos relacionados a moedas estrangeiras e não são de natureza especulativa. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia são compostos, em sua maioria, por contratos *Non-Deliverable Forward* (NDF).

2.4.11. Estoques

Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos semiacabados, material para embalagem, produto acabado e itens de consumo. Sendo registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando esse for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo de produção reflete o método de absorção total de custo industriais.

2.4.12. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado ("*impairment*"). Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas por *impairment*, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquelas datas.

2.4.13. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.4.14 Ações preferenciais

As ações preferenciais são separadas em componentes de passivo e patrimônio líquido, com base nos termos do contrato.

Na emissão das ações preferenciais, o valor justo do componente de responsabilidade é determinado utilizando uma taxa de mercado para um instrumento equivalente não convertível. Este valor é classificado como um instrumento financeiro passivo medido ao custo amortizado (líquido dos custos de transação) até ser extinto na conversão ou no resgate.

O restante dos recursos é alocado para a opção de conversão que é reconhecida e incluída no Patrimônio Líquido. Os custos de transação são deduzidos do patrimônio líquido, líquidos dos custos da transação. O valor contábil da opção de conversão não é remensurada nos anos subsequentes.

Os custos de transação são repartidos entre os componentes do passivo e do patrimônio líquido do conversível. ações preferenciais, com base na alocação de recursos para os componentes de responsabilidade e patrimônio líquido, quando os instrumentos são inicialmente reconhecidos.

2.4.15. Ações em tesouraria

Os instrumentos de capital próprio que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos pelo custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou perda na compra, venda, emissão ou cancelamento do Instrumentos de capital próprio da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a consideração, se reemitida, é reconhecida na rubrica prêmio de emissão de ações.

2.4.16. Provisões

Geral

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for possivelmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.4.17. Pagamentos baseados em ações

Alguns funcionários (altos executivos) da Companhia recebem remuneração sob a forma de ações, em que os funcionários prestam serviços como contraprestação de instrumentos patrimoniais (transações liquidadas com ações).

Estes pagamentos são liquidados em ações. Portanto, anualmente é reconhecida uma despesa pelo valor justo das transações liquidadas com ações, a compensação dessa despesa é reconhecida no patrimônio líquido a cada data de apresentação. O valor justo é mensurado inicialmente na data da outorga.

O valor justo é despesado ao longo do período até a data de *vesting* com o registro do valor correspondente no patrimônio líquido. O valor justo é determinado utilizando o método Monte Carlo para opções de ações classe "A" e modelo de precificação Black &, Scholes e Merton para opções de ações classe "B" de *valuation*. Vide Nota Explicativa nº 21.1 pagamentos baseados em ações para mais informações.

2.4.18. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas e despesas de juros;
- Descontos concedidos e obtidos;
- Tarifas bancárias e outras despesas;
- Ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.19. Ajuste de valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre contas a pagar, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica “Despesas financeiras”.

2.4.20. Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada, líquidos do ajuste a valor presente, calculado com base em taxas estipuladas pela Administração, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia e sua controlada não serão capazes de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a performances históricas dos clientes (perda esperada). Ainda, a Companhia optou por segregar o componente financeiro do componente de risco de crédito quando na alocação do respectivo ajuste a valor presente entre receita financeira e despesas operacionais, respectivamente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante.

2.4.21. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme a norma CPC 41 – Resultado por Ação.

2.4.22. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais.

Eventualmente a Companhia opera com operações de Cessão de crédito de fornecedores, onde posterga o pagamento de suas notas fiscais em um curto prazo, porém otimiza o seu fluxo de caixa.

2.4.23. Novas normas e interpretações em políticas contábeis

Determinadas novas normas e interpretações contábeis foram publicadas, mas não são obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que essas normas tenham impacto material sobre a Companhia no período corrente ou nas futuras demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade, bem como aquelas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são divulgadas a seguir:

a) **Perda de valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

b) **Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

Os *inputs* considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível.

Nas situações em que esses *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa de instrumentos financeiros.

c) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) **Provisão para perda de crédito esperadas**

As provisões para perdas de ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base nas estimativas futuras ao final de cada exercício, no histórico da Companhia e nas condições existentes de mercado. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na nota explicativa de contas a receber.

e) Recuperabilidade do ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota Explicativa nº 25.

f) Custos de desenvolvimento

Os custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na Nota Explicativa nº 2.4.9 referente aos Ativos Intangíveis. A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da Administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será viabilizada, geralmente ocorre quando o desenvolvimento de um projeto de produto tenha alcançado uma determinada métrica seguindo um modelo estabelecido pela gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a Administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Banco conta movimento	1.696	727	22.207	31.327
Aplicações financeiras				
Compromissadas (a)	-	10.518	38.651	13.551
Certificados de Depósito Bancário – CDBs (b)	-	-	25.782	8.737
Fundos de investimentos (c)	-	-	3.172	2.832
Total	1.696	11.245	89.812	56.447

- (a) Aplicações financeiras realizadas na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo custo amortizado com remuneração anual de 65% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e liquidez imediata (de 65% a 114% do CDI em 31 de dezembro de 2021);
- (b) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos obtidos até a data do balanço. A Companhia mantém em carteira de investimento em Certificados de Depósito Bancário, com baixo risco, liquidez imediata e rentabilidade de juros indexados ao CDI que em 2022 renderam entre 96% e 120% (entre 5% e 100% em 2021); e
- (c) Fundos de investimentos são mantidos em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos obtidos até a data do balanço. São mantidos em carteira de investimento com rentabilidade de 94,84% (100% em 2021) do CDI e liquidez imediata.

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco, podendo estar sujeitas a mudança de valor, conforme tipo de ativo.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicação em cotas (a)	-	-	18.921	17.265
Total	-	-	18.921	17.265

- (a) Aplicação realizada em cotas na modalidade de renda fixa de baixo risco e mensuradas pelo custo amortizado com a remuneração anual de 100% do CDI (100% em 31 de dezembro de 2021 do CDI) e sem liquidez imediata. Estes investimentos são utilizados como garantia para obrigações financeiras.

6. Contas a receber

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cientes nacionais	2.039	1.473	320.211	165.576
Cientes exterior	-	47	-	47
Ajuste a valor presente (*)	-	-	(21.746)	(9.110)
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	(877)	(784)	(29.523)	(31.360)
Total	1.162	736	268.942	125.153

- (*) Valor presente calculado com base na taxa média mensal de 1,70% ao mês em 2022 e 1,55% ao mês em 2021 cobrada pela Companhia de seus clientes.

b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	840	606	282.963	136.636
Vencidos				
Até 30 dias	243	67	377	67
De 31 a 90 dias	51	65	231	154
De 91 a 180 dias	41	55	9.306	1.846
De 181 a 360 dias	92	64	92	174
Acima de 360 dias	772	663	27.242	26.746
Total	1.199	914	37.248	28.987
Total	2.039	1.520	320.211	165.623

c) **Movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa**

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(767)	(37.380)
Constituição do exercício	(17)	(3.629)
Reversão/ recebimento do exercício	-	9.649
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(784)	(31.360)
Constituição do exercício	(168)	(2.381)
Reversão/ recebimento do exercício	75	4.218
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(877)	(29.523)

7. Saldos e transações com partes relacionadas

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são adquiridas entre partes relacionadas, provenientes de operações comerciais e financeiras.

As transações comerciais entre partes relacionadas, tais como compra e venda de mercadorias, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas.

As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre pessoas chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento dessas operações.

Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber – não circulante				
Acionistas				
4Future Participações S.A. (a)	7.204	-	7.204	-
Campo Limpo Comércio e Representação Ltda. (a)	57.998	-	57.998	-
Sollar Comércio e Participações Ltda. (a)	6.429	-	6.429	-
Ultrassom Serviços de Áudio Ltda. (a)	6.429	-	6.429	-
Oxumarê Participações Ltda. (a)	6.429	-	6.429	-
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho (b)	7.322	6.515	7.322	6.515
Controlada				
Superbac ind. e com. fertilizantes S.A. (c)	36.387	68.896	-	-
Total	128.198	75.411	91.811	6.515
Contas a pagar – não circulante				
Controlada				
Superbac ind. e com. fertilizantes S.A. (d)	19.514	-	-	-
Acionistas				
Bio Genesis Participações S.A	-	70.921	-	70.921
Sommerville Investments B.V.	4.779	3.433	4.779	3.433
Orjen Investments Pte. Ltd. (e)	18.599	39.728	18.599	39.728
Daniel Citron	1.313	-	1.313	-
André Jafferian	3.173	-	3.173	-
Maurício Pereira	766	-	766	-
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho (f)	34.684	-	34.684	-
4Future Participações S.A (g)	3.849	-	3.849	-
Campo Limpo Comércio e Representação Ltda. (g)	28.444	-	28.444	-
Sollar Comércio e Participações Ltda.(g)	3.170	-	3.170	-
Ultrassom Serviços de Áudio Ltda. (g)	3.170	-	3.170	-
Oxumarê Participações Ltda. (g)	3.170	-	3.170	-
Total	124.631	114.082	105.117	114.082

- (a) Refere-se a contratos de mútuos com a BioGenesis, que mediante a cessão desta companhia, foi feita a redistribuição entre os acionistas.
- (b) Refere-se a contrato de mútuo concedido em 05 de maio de 2018, no valor de R\$ 5.055, com vencimento em 2023, atualizado pelo CDI.
- (c) Refere-se aos contratos de compra para entrega futura constituídos com a Superbac Biotechnology S.A. Os contratos garantem o fornecimento de matéria prima fabricada pela controladora e que são negociadas a preço, prazos e condições pactuadas entre as partes. Previsão para término em junho de 2023.
- (d) Refere-se aos contratos de mútuos atualizado pela taxa de 5,4%a.a. + variação da taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, com vencimento previsto para novembro de 2024.
- (e) Refere-se aos contratos de mútuos no valor total de R\$ 39.427 atualizados pelo CDI com vencimento previsto para dezembro de 2026 e parcialmente compensado pela reversão de provisão de *earnout* e ações preferenciais resgatáveis no valor total de R\$ 25.713.
- (f) Refere-se a contrato de mútuo no valor total de R\$ 30.860 atualizados pelo CDI com vencimento previsto para dezembro de 2026.
- (g) Refere-se a contrato de mútuo no valor total de R\$ 24.435 atualizados pelo CDI com vencimento previsto para dezembro de 2026 e ações preferenciais resgatáveis no valor total de R\$ 14.340.

Transações que afetam o resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras e administrativas				
Outras partes relacionadas				
Green Science Technology Serviços e Participações Ltda.	7.489	1.573	7.489	3.146
GIC Patrimonial Ltda.	253	214	253	214
OCHMAN, Real Amadeo Advogados ASSOC	1.630	863	1.630	863
Total	9.372	2.650	9.372	4.223

Remuneração da administração

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria e Conselho da administração.

Em 2022 a remuneração total dos diretores estatutários da Companhia, incluindo todas as modalidades de remuneração, no consolidado, foi de R\$15.887 (R\$12.552 em 2021), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Benefícios de curto prazo				
Salário ou pró-labore	7.090	5.933	8.933	7.396
Bônus	5.255	3.803	6.954	5.156
Total	12.345	9.736	15.887	12.552

A Companhia implementou um plano de pagamento baseado em ações que é detalhado na Nota Explicativa nº 21.1.

8. Investimentos (Provisão para perdas em investimentos)

A composição dos investimentos em controladas e coligadas apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue:

Empresas	Saldo em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado		Saldo em 31/12/2022
			abrangente	Outros	
Coligada					
Theriot Capital Group Inc.	2.248	-	-	-	2.248
(-) Provisão <i>Impairment</i> Investimento	(2.248)	-	-	-	(2.248)
Total	-	-	-	-	-
Controlada					
Superbac Ind. e Com. Fertilizantes S.A.	89.374	(102.076)	988	(932)	(12.646)
Total	89.374	(102.076)	988	(932)	(12.646)

- a) As informações relevantes da controlada Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. são as seguintes:

Demonstrações financeiras relevantes	2022	2021
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	88.116	45.202
Contas a receber	267.780	124.417
Estoques	282.850	180.769
Outros ativos	15.122	11.108
Total do ativo circulante	653.868	361.496
Ativo não circulante		
Imobilizado	207.202	170.545
Outros ativos	206.148	182.719
Total ativo não circulante	413.350	353.264
Total do ativo	1.067.218	714.760
Passivo circulante		
Fornecedores	193.256	133.932
Empréstimos e financiamentos	651.892	235.689
Adiantamento de clientes	101.199	118.099
Outros passivos	38.823	31.887
Total passivo circulante	985.170	519.607
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	46.877	33.623
Outros passivos	47.817	73.088
Total passivo não circulante	94.694	106.711
Patrimônio líquido	(12.646)	88.442
Total do passivo e patrimônio líquido	1.067.218	714.760
	2022	2021
Receita líquida	1.032.838	700.634
Custos dos produtos vendidos	(808.038)	(554.272)
Despesa operacionais	(155.251)	(122.378)
Resultado financeiro líquido	(159.938)	(28.522)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(11.687)	4.256
Prejuízo do exercício	(102.076)	(282)

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Matéria-prima	3.742	2.485	220.834	121.007
Produtos em processo	999	57	31.314	16.329
Embalagens	329	271	3.553	2.314
Produto acabado	1.309	386	7.429	9.166
Material de consumo	278	99	19.154	9.231
Adiantamentos a fornecedores	276	111	7.499	26.806
Total	6.933	3.409	289.783	184.853

Os saldos de estoques são apresentados ao custo ou ao seu valor realizável líquido, dos dois, o menor.

A Administração estima que a realização dos estoques ocorra em prazo inferior a um ano, por isso o saldo se encontra registrado no ativo circulante. Assim como não provisiona perdas por obsolescência e/ou avarias por entender que os produtos não perdem a validade e o giro dos estoques é alto.

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS e Cofins (a)	418	981	40.894	35.938
IRPJ e CSLL antecipação (b)	-	72	7.523	7.595
IRRF sobre aplicação financeira	811	3.493	2.879	4.807
ICMS	1.708	1.221	1.708	1.221
Outros impostos a recuperar	230	124	230	123
Total	3.167	5.891	53.234	49.684
Circulante	3.167	5.891	5.235	5.982
Não circulante	-	-	47.999	43.702

- (a) Os créditos de PIS e Cofins são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais; e
- (b) O saldo de IRPJ e CSLL antecipados refere-se a valores antecipados sobre lucros tributáveis estimados em exercícios anteriores.

11. Propriedade para investimento

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imóveis	-	-	81.963	81.963
Total	-	-	81.963	81.963

Movimentação do ativo mantido para revenda é conforme demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	77.567
Valor justo	-	5.213
Adições	-	-
Baixas	-	(817)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	81.963
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	81.963

A Companhia mantém os ativos descritos acima como propriedades para investimento principalmente para fins de valorização do capital. O valor justo, menos os custos para vender o negócio, são maiores que os valores contábeis dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda. Dessa forma, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ou 2021.

Ressalta-se que este imóvel é dado como garantia de um empréstimo obtido junto ao banco Tricury.

12. Imobilizado

Controladora

2022

	Taxas anuais	Controladora						Líquido
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisição	Baixas	Depreciação	
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	4%	4.431	(1.404)	3.027	19	-	(399)	2.647
Máquinas e equipamentos	10%	2.438	(1.075)	1.363	111	-	(227)	1.247
Veículos	20%	1.791	(891)	900	-	(109)	(223)	568
Móveis e utensílios	10%	1.711	(625)	1.086	23	(8)	(167)	934
Instalações	10%	418	(243)	175	253	-	(56)	372
Equip. de informática	20%	1.444	(918)	526	44	(2)	(256)	312
Imobilizado em andam. (i)	-	11.082	-	11.082	4.079	-	-	15.161
Outros	20%	5.760	(5.756)	4	163	-	(8)	159
Total		29.075	(10.912)	18.163	4.692	(119)	(1.336)	21.400

Controladora

2021

	Taxas anuais	Controladora						Líquido
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisição	Baixas	Depreciação	
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	4%	4.459	(1.105)	3.354	-	(28)	(299)	3.027
Máquinas e equipamentos	12%	2.002	(640)	1.362	436	-	(435)	1.363
Veículos	20%	1.197	(657)	540	763	(169)	(234)	900
Móveis e utensílios	12%	2.076	(473)	1.603	4	(369)	(152)	1.086
Instalações	10%	410	(202)	208	8	-	(41)	175
Equip. de informática	20%	1.348	(916)	432	106	(10)	(2)	526
Imobilizado em andam.	-	9.778	-	9.778	1.304	-	-	11.082
Outros	20%	5.755	(5.745)	10	5	-	(11)	4
Total		27.025	(9.738)	17.287	2.626	(576)	(1.174)	18.163

Consolidado

2022

	Taxas anuais	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferência	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	4.801	-	4.801	28.250	-	-	-	33.051
Edifícios	4%	79.295	(6.046)	73.249	-	-	9.345	(3.527)	79.067
Benfeitorias em imóveis terceiros	4%	4.171	(1.143)	3.028	19	-	-	(399)	2.648
Máquinas e equipamentos	10%	66.769	(17.966)	48.803	2.032	(4)	8.140	(6.681)	52.290
Veículos	20%	4.891	(3.282)	1.609	195	(146)	-	(427)	1.231
Móveis e utensílios	10%	2.818	(901)	1.917	49	(8)	-	(301)	1.657
Instalações	10%	3.770	(771)	2.999	454	-	1.622	(469)	4.606
Equip. de informática	20%	3.295	(2.257)	1.038	290	(5)	-	(542)	781
Imobilizado em andam.	-	49.759	-	49.759	22.384	-	(19.107)	-	53.036
Outros	20%	2.091	(2.028)	63	209	-	-	(37)	235
Total		221.660	(34.394)	187.266	53.882	(163)	-	(12.383)	228.602

2021

	Taxas anuais	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferência	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	4.801	-	4.801	-	-	-	-	4.801
Edifícios	4%	63.256	(3.242)	60.014	1.582	-	14.457	(2.804)	73.249
Benfeitorias em imóveis terceiros	4%	4.097	(743)	3.354	102	(28)	-	(400)	3.028
Máquinas e equipamentos	12%	57.649	(11.516)	46.133	5.215	(3.156)	7.061	(6.450)	48.803
Veículos	20%	4.141	(2.613)	1.528	1.738	(988)	-	(669)	1.609
Móveis e utensílios	12%	2.978	(645)	2.333	138	(506)	208	(256)	1.917
Instalações	10%	3.172	(499)	2.673	766	(958)	790	(272)	2.999
Equipamentos de informática	20%	2.964	(1.817)	1.147	479	(148)	-	(440)	1.038
Imobilizado em andamento	-	48.824	-	48.824	23.473	(22)	(22.516)	-	49.759
Outros	20%	2.018	(2.008)	10	88	(15)	-	(20)	63
Total		193.900	(23.083)	170.817	33.581	(5.821)	-	(11.311)	187.266

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia e suas controladas fazem anualmente manutenção preventiva sendo seus ativos e unidades geradoras de caixa mantidos com valor de uso, já que é o maior em relação ao valor de venda. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indícios de *impairment*.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem bens do imobilizado dado em garantia para operações financeiras. Os itens são compostos pelas instalações das unidades Fábrica 1, Fábrica 2 e CPBAC, e Fazenda Experimental, todos pertencentes a Superbac Fertilizantes.

	2022	2021
Veículos	1.621	1.592
Máquinas e equipamentos	3.472	4.784
Hipoteca (Fábrica 1, Fazenda experimental. e CPBAC)	9.131	8.583
Total	14.224	14.959

13. Intangível

		Controladora					
		2022					
	Taxas anuais	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Aquisição	Amortização	Líquido
Acordo de não competitividade (a)	25%	3000	(3.000)	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	20%	112	-	112	1.181	-	1.293
Software	20%	2.732	(1.861)	871	123	(465)	529
Total		5.844	(4.861)	983	1.304	(465)	1.822

		Taxas anuais	Controladora				2021
			Líquido	Aquisição	Baixas	Amortização	Líquido
Acordo de não competitividade (a)	25%		416	-	-	(416)	-
Pesquisa e desenvolvimento	20%		-	1.453	(1.341)	-	112
Software	20%		1.587	-	(2)	(714)	871
Total			2.003	1.453	(1.343)	(1.130)	983

		Consolidado							
		2022							
Taxas anuais		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Aquisição	Transferência	Baixas	Amortização	Líquido
Acordo de não competitividade (a)	25%	3.000	(3.000)	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	20%	6.551	(661)	5.890	666	-	-	(658)	5.898
Software	20%	3.632	(2.214)	1.418	366	-	-	(564)	1.220
Total		13.183	(5.875)	7.308	1.032	-	0	(1.222)	7.118

		Consolidado				2021
Taxas anuais		Líquido	Aquisição	Baixas	Amortização	Líquido
Acordo de não competitividade (a)	25%	416	-	-	(416)	-
Pesquisa e desenvolvimento	20%	5.108	1.686	(243)	(661)	5.890
Software	20%	1.894	78	-	(554)	1.418
Total		7.418	1.764	(243)	(1.631)	7.308

Com a venda das ações do acionista minoritária da Minorgan, Beatriz Ribeiro, foi assinado um acordo de não competitividade por cinco anos pela remuneração adicional ao contrato de compra e venda das ações no montante de R\$ 3.000, amortizado ao longo do período de cinco anos.

14. Direito de uso

A Companhia possui operações de arrendamento de ativos como: imóveis.

O prazo médio dos contratos de locação de imóveis é de dois anos; porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos são atualizados por uma taxa média de 1,78% ao mês (1,35% ao mês em 2021).

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições, não contendo cláusulas restritivas e os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

A alocação da depreciação do ativo de direito de uso é realizada de forma sistemática e linear, baseada no período do contrato. A vida útil será reavaliada periodicamente de forma a capturar alterações nas intenções de continuidade do arrendamento seja por questões estratégicas ou por intenção do locador.

Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, mediante a ressarcimentos previstos em contrato, o entendimento da Companhia é que esses contratos devem ser tratados como arrendamento mercantil, registrando a despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento.

A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	993	993
Adição	1.040	7.991
Amortização	(1.123)	(2.958)
Em 31 de dezembro de 2021	910	6.026
Adição	1.351	6.625
Amortização	(1.150)	(4.814)
Em 31 de dezembro de 2022'	1.111	7.837

A vida útil estimada dos ativos é de dois anos.

15. Fornecedores

O saldo refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e corresponde a 77 dias de prazo médio de pagamento (55 dias em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cessão de fornecedores (a)	-	-	68.626	20.834
Fornecedores nacionais	3.297	1.355	98.630	60.098
Fornecedores estrangeiros	32	1.365	36.452	56.395
Total	3.329	2.720	203.708	137.327
Circulante	3.329	2.720	196.585	137.327
Não circulante	-	-	7.123	-

(a) Referente a operações de risco sacado e *forfeiting* com fornecedores Referidas operações são negociadas junto a instituições financeiras para possibilitar aos fornecedores da Companhia a antecipação de recebíveis decorrentes de vendas de mercadorias e, conseqüentemente, o alongamento dos prazos de pagamento das obrigações da própria Companhia. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus fornecedores, tendo em vista que a participação dos mesmos não é obrigatória.

A Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial e nem alterações nas condições comerciais existentes entre a Companhia e seus fornecedores.

16. Empréstimos e financiamentos

A seguir apresentamos informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Debênture (a)	21,61%	-	-	54.085	64.827
Capital de giro (b)	12,28% a 35,88%	1.485	8.910	360.845	148.127
Finame (c)	-	-	-	-	280
Leasing	15,54%	-	-	3.183	4.162
BNDES (d)	-	-	-	-	8.781
Empréstimos internacionais (e)	13,47% a 33,81%	-	-	172.645	40.401
Desconto de duplicatas (f)	19,54% a 38,19%	-	-	117.730	16.951
Custo de captação		-	-	(8.234)	(5.307)
Total		1.485	8.910	700.254	278.222
Circulante		733	7.494	652.625	243.183
Não circulante		752	1.416	47.629	35.039

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2024	2025	Total
Capital de giro (b)	45.490	193	45.683
Leasing	1.564	382	1.946
Total	47.054	575	47.629
	2024	2025	Total
Capital de giro (b)	44.738	193	44.931
Leasing	1.564	382	1.946
Total	46.302	575	46.877

(a) Debênture

Em 15 de outubro de 2018, a Superbac Fertilizantes realizou a 2ª (segunda) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e adicional real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com prazo de vencimento em 15 de junho de 2023 no valor total de R\$ 100.000, e remuneração de CDI + 3,8%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados a liquidação de instrumentos financeiros de capital de giro, bem como a gestão ordinária dos negócios da emissora.

Até a emissão desse relatório, a Companhia não obteve a dispensa por descumprimento das obrigações contratuais contidas nas cláusulas de restrição financeira (*covenants*) e o saldo encontra-se classificado no passivo circulante.

(b) Capital de giro

Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas diversas modalidades de capital de giro possuem encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócio.

A Companhia possui CDC (Crédito direto ao consumidor – Veículos) e CCB (Cédula de Crédito Bancário), sendo condições padrões e usuais de CCB indexadas a CDI/Selic, pagamento de principal e juros mensais/trimestrais ou semestrais, dependendo do contrato.

A Companhia possui também Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA), papéis de renda fixa lastreadas em operações de crédito do setor de agronegócio com remuneração entre 6,80% a.a. e 11,17% a.a., com o saldo de R\$ 19.491 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 7.841 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Finame

Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame) possuem encargos financeiros equivalentes a taxas prefixadas e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) somados a um “spread” fixo.

O prazo médio de amortização dos contratos desta modalidade é de 12 meses, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidas nos contratos

(d) Projeto Inova Agro – BNDES

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de **(i)** financiar o projeto para “Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficácia agrônômica” dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari – PR, e **(ii)** a aquisição de máquinas e equipamentos. Os empréstimos foram liquidados em Maio de 2022.

(e) Empréstimos e financiamentos internacionais

O empréstimo obtido das instituições financeiras na modalidade de Finimp, tem por objetivo o financiamento das mercadorias adquiridas através de fornecedores internacionais, otimizando o fluxo de caixa operacional da Companhia.

Os valores de empréstimos e financiamentos internacionais foram tomados em dólares americanos.

O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de seis meses, sendo condições de amortização e juros conforme definidos nos contratos.

(f) Desconto de duplicatas

A operação de desconto de duplicatas é uma estratégia em que a Companhia antecipa o recebimento de determinados créditos para levantar recursos junto aos bancos.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	8.910	12.197	278.222	233.661
Captações	4.291	614	760.060	133.855
Juros incorridos	1.234	1.432	75.843	27.020
Amortização principal	(11.664)	(3.905)	(344.357)	(92.094)
Pagamento de juros	(1.286)	(1.428)	(67.591)	(21.800)
Custo de captação	-	-	(1.923)	(2.420)
Saldo final	1.485	8.910	700.254	278.222

Garantias

As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de alienação fiduciária dos bens financiados, hipotecas, notas promissórias, aplicações financeiras e cessão fiduciária de recebíveis.

Vide notas explicativas nº 5 – Aplicações financeiras, nº 11 – Propriedades para investimentos e nº 12 – Imobilizado.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

Os contratos de financiamento classificados como debêntures (item (a)) estavam sujeitos a *covenants* financeiros.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não havia obtido *waiver*, portanto os valores das debêntures tiveram seus saldos reclassificados para o curto prazo.

17. Adiantamento de clientes

A Companhia possui contratos com clientes negociados na modalidade de pagamento antecipado. O intuito é garantir o fornecimento do produto, em caráter prioritário, mediante a demanda dos clientes.

O saldo registrado em 31 de dezembro de 2022 na controladora é de R\$ 9.582 (R\$ 9.142 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 101.199 (R\$ 118.099 em 31 de dezembro de 2021) e refere-se a antecipações para o período de safra que se inicia no período de junho a dezembro, encerrando o ciclo com a emissão de todas as notas fiscais mediante a entrega dos produtos.

18. Passivo de arrendamentos

Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de aproximadamente 23,57%, variando de acordo com o prazo de cada contrato, e estão compostos conforme segue.

Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação dos passivos de arrendamento mercantil são:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	1.170	1.170
Adição de novos contratos	863	7.814
Apropriação de juros	24	258
Amortização do principal	(1.147)	(3.216)
Em 31 de dezembro de 2021	910	6.026
Adição de novos contratos	1.323	6.306
Apropriação de juros	191	740
Amortização do principal	(1.314)	(5.236)
Em 31 de dezembro de 2022	1.110	7.836
Circulante	649	4.485
Não circulante	461	3.351

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Controladora		
	Cíveis	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	735	735
Adição	-	870	870
Reversão	-	(1.220)	(1.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	385	385
Adição	-	360	360
Reversão	-	(376)	(376)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	369	369

	Consolidado		
	Cíveis	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.106	1.556	2.662
Adição	-	1.690	1.690
Reversão	-	(2.565)	(2.565)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.106	681	1.787
Adição	-	1.290	1.290
Reversão	-	(1.291)	(1.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.106	680	1.786

A Companhia é parte passiva de 17 causas (11 causas em 31 de dezembro de 2021) cíveis com risco de perda possível que alcança R\$ 11.742 (R\$ 10.244 em 31 de dezembro de 2021), cuja principais causas são as seguintes:

- i) Autos de infração ambiental referente a atividades de sem autorização ou atividades consideradas poluidoras pela autoridade ambiental. Risco possível de perda calculado em 31 de dezembro de 2022 no valor estimado de R\$ 4.666 (R\$ 3.511 em 31 de dezembro de 2021); e
- ii) Demais processos referentes a questionamentos comerciais na venda de fertilizantes que se somam em R\$ 7.076 (R\$ 6.733 em 31 de dezembro de 2021), classificados como risco possível de perda em 31 de dezembro de 2022.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 352.118, representado por 86.413.223 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 43.206.612 ações ordinárias e 43.206.611 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social era de R\$ 352.118, representado por 44.579.715 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 40.805.221 ações ordinárias e 3.774.494 ações preferenciais.

Em 22 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu 32.076.006 novas ações Classe C, preferencias, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, porém com prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, na ocorrência do Evento de Conversão as quais foram subscritas pela Sommerville Investments B.V.

A Companhia também emitiu 9.756.502 novas ações Classe C, preferencias, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, porém com prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, na ocorrência do Evento de Conversão as quais foram subscritas pela Orjen Investments PTE Ltd., foram emitidas 1.000 ações preferenciais classe D, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, obrigatoriamente, resgatáveis, na ocorrência do Evento de Liquidez ao preço de emissão de R\$ 8.699,55 por ação, dos quais R\$ 1,00 por ação foi alocado à formação do capital social da Companhia e R\$ 8.698,55 por ação foi destinado à conta de reserva de capital em decorrência do ágio na subscrição das ações.

Em 2022 as empresas Bio-Gênesis Participações S.A e Sb Participações S.A foram encerradas. A Fourbac Participações S.A também foi liquidada e suas ações foram transferidas proporcionalmente para as suas holdings acionistas.

A ações estão distribuídas conforme segue:

Acionistas	2022		2021	
	Ações	%	Ações	%
Bio-Gênesis Participações S.A	-	-	33.974.972	39,32
Sommerville Investments B.V	44.830.332	51,88	45.798.513	53,00
Orjen Investments PTE Ltd.	405	0,00	405	0,00
Bio-Tec Participações S.A	544.431	0,63	1.062.851	1,23
FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA	518.420	0,60	-	-
Bio Serviços Holding Ltda.	1.117.905	1,29	1.117.905	1,29
Daniel Citron	503.152	0,58	503.140	0,58
André Jafferian	2.194.008	2,54	489.172	0,57
Maurício Pereira Ladeira de Matos	272.202	0,32	-	-
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho	19.490.448	22,55	319.801	0,37
Renato Ochman	105.468	0,12	-	-
Fabício Gonçalves Drumond	331.947	0,38	331.947	0,38
4Future Participações S.A.	1.363.447	1,58	-	-
Campo Limpo Comércio e Representação Ltda.	10.990.721	12,72	-	-
Sollar Comércio e Participações Ltda.	1.221.191	1,41	-	-
Ultrassom Serviços de Áudio Ltda.	1.221.191	1,41	-	-
Oxumarê Participações Ltda.	1.221.191	1,41	-	-
Ações em tesouraria	486.849	0,56	486.849	0,56
Sb Participações S.A	-	-	971.146	1,12
Fourbac Participações S.A	-	-	930.900	1,08
Ajneto Participações Ltda	-	-	320.154	0,37
Morungaba Participações Ltda.	-	-	105.468	0,12
Total	86.413.308		86.413.223	

b) Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia apropria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que essa atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

c) Reserva de lucro

O percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação para a “reserva de lucros”, que tem como objetivo, reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.

d) Reserva de capital

Reserva de ágio na emissão de ações

Refere-se à constituição de reserva de capital decorrente de valores adicionais acima do valor patrimonial da ação, recebidos em aporte de capital reduzido de ágio na aquisição de ações da controlada Superbac Fertilizantes.

Earn-out

Em 22 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu da Bio-Gênesis Participações S.A a participação remanescente na Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. Na aquisição foi acordado um pagamento de *earn-out* em caso de Evento de Liquidez no valor de R\$ 99.716, acrescido da correção do CDI entre 30 de novembro de 2021 e a ocorrência do evento de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e considerou o evento de liquidez como praticamente certo de ser consumado no decorrer do ano de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, com a mudança de probabilidade de ocorrência do evento de liquidez, a Companhia reverteu 50% do valor provisionado.

e) Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator referencial de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

f) Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a recompra de ações de certos acionistas no montante de R\$ 10.114. Em 2018 a Companhia realizou a absorção de opção de ações no montante de R\$ 4.758, totalizando assim R\$ 5.356 em ações que irá manter em tesouraria.

g) Ações preferenciais reembolsáveis

Foram emitidas 1.000 ações preferenciais resgatáveis, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, obrigatoriamente resgatáveis em caso de Evento de Liquidez ao preço de emissão de R\$ 97.350,45 por ação.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor total de R\$ 97.350 foi reconhecido como Passivo com Partes Relacionadas e alocado na conta Reserva de Capital, atualizado pela variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2022, com a não ocorrência do evento de liquidez, a Companhia reavaliou o registro ao valor justo, resultando em uma reversão no montante de R\$ 48.675.

20.1. Pagamento baseado em ações

Plano de opções de ações

A Companhia oferece um plano de remuneração de opções de ações para sua alta administração, este plano de remuneração foi introduzido após sua aprovação pelos acionistas nas assembleias gerais ocorridas em 11 de junho de 2021 e 8 de novembro de 2021.

O Plano de Opção de Compra de Ações visa estimular e promover a retenção dos executivos e da alta administração da Companhia, bem como assegurar o alinhamento com os objetivos da Companhia, acionistas, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo seu comprometimento e produtividade nos resultados de longo prazo. Ambos os planos de opções de ações da Companhia são liquidados em patrimônio e não podem ser liquidados em dinheiro.

Em 2021, foram concedidos dois tipos de opções de compra de ações à alta administração da Companhia:

Date de outorga	Classe de ações	Condições para adquirir os direitos	Condição de aceleração	Período de exercício	Preço de exercício por ação	Valor justo da opção de compra	Total de ações concedidas
11 de junho de 2021	Classe "A" preferencial	De 01 a 05 anos de serviço, até 14 de abril de 2026. Aquisição anual, todos os anos (20%)	Reorganização onde a Superbac não é a empresa remanescente; Evento de liquidez ou IPO	Até 12 meses após a aquisição	30% do valor patrimonial da ação	45.009	4% do capital da empresa.
08 de novembro de 2021	Classe "B" preferencial	Ao final de 03 anos de serviço	Evento de liquidez, não incluindo IPO	Até 1 mês após a aquisição	R\$ 0,00012935	1.202	32.047
Total						46.211	

A Companhia mensurou o valor justo dos serviços recebidos como contraprestação por instrumentos patrimoniais da entidade indiretamente, por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos.

O valor justo de cada opção concedida foi estimado na data da outorga, conforme a seguir:

- O valor justo da opção de ações classe "A" foi estimado utilizando o Modelo de Precificação de Monte Carlo levando em consideração as seguintes entradas: **(a)** expectativa de dividendos de 0%, uma vez que não há expectativa de pagamento de dividendos durante o período de carência das opções **(b)** expectativa de volatilidade de aproximadamente 44,9%, e **(c)** taxa de juros livre de risco média ponderada de 7,4% a.a.
- O valor justo das opções de ações classe "B" foi estimado utilizando o modelo de precificação de opções "Black, Scholes e Merton" levando em consideração as seguintes premissas: **(a)** expectativa de dividendos de 0%, uma vez que não há expectativa de pagamento de dividendos durante o período de carência das opções **(b)** expectativa de volatilidade de aproximadamente 44,75%, e **(c)** taxa de juros livre de risco média ponderada de 12,2% a.a.

O Plano contém cláusula de aceleração em caso de um evento de liquidez, o que foi considerado altamente provável durante o exercício de 2021 pela Administração.

Até a data-base de 31 de dezembro de 2021, conforme a expectativa provável realização do evento de liquidez em 2022, a apropriação foi feita considerando metade da despesa registrada em 2021 e outra metade do total do plano em 2022, já que o plano seria totalmente vestido pelos beneficiários no momento do evento de liquidez.

Porém o referido evento não ocorreu e a administração julgou que a realização do mesmo não é provável de ocorrência nos próximos períodos. Portanto, o restante não apropriado em 2021 foi diluído dentro do prazo de 4 anos restantes do programa de Plano de opções de ações.

As despesas da operação baseada em ações são consideradas relacionadas a serviços a serem incorridos durante o período de aquisição e, portanto, são contabilizadas ao longo desse prazo na rubrica de despesas de pessoal, em contrapartida ao patrimônio líquido. Após a aquisição, o patrimônio não é baixado.

As ações em circulação e a respectiva despesa reconhecida no resultado em e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, respectivamente, foram as seguintes:

	Ações classe "A"	Ações classe "B"
Quantidade em 31 de dezembro de 2020	-	-
Concedidas	1.811.950	32.047
Exercidas	-	-
Canceladas	-	-
Quantidade em 31 de dezembro de 2021	1.811.950	32.047
Concedidas	-	-
Exercidas	-	-
Canceladas	-	-
Quantidade em 31 de dezembro de 2022	1.811.950	32.047

	Despesas	Despesas
Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021	R\$ 21.991	R\$ 58
Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022	R\$ 4.604	R\$ 229

20.2. Prejuízo por ação (básico e diluído)

A Companhia efetua os cálculos do lucro / (prejuízo) por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

O lucro / (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41- Resultado por Ação.

Resultado básico por ação	2022	2021
Resultado atribuível aos acionistas controladores	R\$(148.943)	R\$ (35.435)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação no exercício	43.206.654	41.009.175
Média ponderada das ações em tesouraria	(486.849)	(486.849)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	42.719.805	40.522.326
Resultado básico por ação ordinária - R\$	R\$(3,49)	R\$ (0,87)

Resultado diluído por ação	2022	2021
Resultado atribuível aos acionistas controladores	R\$ (148.943)	R\$(35.435)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação no exercício (exceto ações em tesouraria)	42.719.805	40.522.326
Número médio de ações preferenciais conversíveis	43.206.654	3.552.983
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	85.926.459	44.075.309
Resultado diluído por ação ordinária - R\$	R\$ (1,73)	R\$ (0,80)

21. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta				
Vendas de produtos	10.986	9.840	1.174.562	785.046
Prestação de serviços	986	1.164	986	1.164
Ajuste a valor presente	-	-	(73.724)	(31.594)
Receita bruta	11.972	11.004	1.101.824	754.616
Deduções de vendas				
Impostos sobre vendas	(2.013)	(1.719)	(41.019)	(30.161)
Devoluções	(135)	(24)	(20.009)	(18.470)
Receita líquida	9.824	9.261	1.040.796	705.985

22. Demonstrações dos custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercadorias	(4.961)	(7.909)	(714.651)	(475.444)
Despesa e custo com pessoal	(43.192)	(34.839)	(82.464)	(69.997)
Pagamento baseado em ações	(4.832)	(22.049)	(4.832)	(22.049)
Despesa e custo com serviços de terceiros	6.031	13.195	(41.945)	(28.451)
Despesa e custo com fretes	(103)	(39)	(42.018)	(39.725)
Despesa com comissão	(195)	(128)	(36.748)	(35.449)
Despesa e custo com manutenção	(1.444)	(1.215)	(13.385)	(14.008)
Depreciação e amortização	(1.801)	(2.304)	(13.605)	(12.942)
Despesas e custo com material de uso e consumo	(1.577)	(451)	(29.107)	(19.710)
Despesas e custo com energia elétrica	(24)	(94)	(7.776)	(6.888)
Despesas e custo com viagens e estadias	(1.104)	(482)	(2.745)	(1.309)
Perda por clientes incobráveis	-	(26)	-	(5.810)
Amortização de direito de uso (IFRS 16)	(1.150)	(1.123)	(4.814)	(2.958)
Despesa e custo com veículos	(75)	(47)	(790)	(359)
Provisão para perdas de créditos esperadas	(93)	350	1.837	6.020
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	16	(17)	1	(638)
Reversão de <i>earn-out</i> (i)	-	-	-	4.500
Atualização do valor justo de propriedade para investimento	-	-	-	5.213
Outros	34	6.146	(22.851)	(3.768)
Total	(54.470)	(51.032)	(1.015.893)	(723.772)
Classificados como				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(8.472)	(11.346)	(814.644)	(561.708)
Despesas com vendas	(9.347)	(5.958)	(128.846)	(100.010)
Despesas gerais e administrativas	(34.041)	(39.640)	(70.972)	(69.166)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(2.610)	5.912	(1.431)	7.112
Total	(54.470)	(51.032)	(1.015.893)	(723.772)

- (i) A Companhia realizou a reversão parcial da provisão mantida para *earn-out* por não cumprimento de cláusulas de desempenho mencionadas em contrato, reduzindo assim a obrigação da companhia junto a contraparte vendedora da Minorgan.

23. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	173	85	7.945	2.226
Ajuste a valor presente (receita financeira)	-	-	61.088	29.744
Juros recebidos	-	8.819	-	11.834
Derivativos (ganho)	-	-	5.579	5.862
Outras receitas financeiras	9.938	250	10.161	652
Total	10.111	9.154	84.773	50.318
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.234)	(1.432)	(75.843)	(27.020)
Juros passivos	(9.516)	(1.451)	(60.961)	(11.090)
Juros passivos (IFRS 16)	(191)	-	(740)	(258)
Remuneração com fiadores	-	-	-	(329)
Despesas bancárias	(862)	(182)	(17.157)	(3.732)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(6)	(26)	(6.673)	(1.777)
Descontos concedidos	(79)	(95)	(32.812)	(9.751)
Derivativos (perda)	-	-	(54.601)	(10.685)
Outras despesas financeiras	(385)	(546)	(763)	(647)
Total	(12.273)	(3.732)	(249.550)	(65.289)
Variação cambial				
Ativa	101	51	38.427	3.797
Passiva	(160)	(157)	(35.809)	(12.032)
Variação cambial, líquida	(59)	(106)	2.618	(8.235)
Total do resultado financeiro	(2.221)	5.316	(162.159)	(23.206)

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Diferidos

As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	Consolidado	
	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	9.450	22.467
Decorrentes de diferenças temporárias		
Provisão para perdas de créditos esperadas	9.739	10.396
Ajuste a valor presente	7.394	3.097
Provisão de contingências	482	477
Provisões diversas	9.755	4.676
Valor justo de propriedade para investimento	(11.477)	(11.477)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	25.343	29.636

Movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	Adição	Baixa	2022	Impacto resultado
IR diferido ativo	29.636	9.129	(13.422)	25.343	(4.293)

	2020	Adição	Baixa	2021	Impacto resultado
IR diferido ativo	23.272	13.898	(7.534)	29.636	6.364

Com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, a Companhia prevê a realização para o imposto de renda diferido ativo oriundo do prejuízo fiscal no período de dois anos.

b) Reconciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2022 e 2021.

A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(148.943)	(36.737)	(137.256)	(40.993)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota combinada	50.641	12.491	46.667	13.938
Equivalência patrimonial	(34.706)	(14.082)	-	-
Imposto diferido não reconhecido	(15.935)	(1.923)	(63.576)	(14.081)
Outros	-	3.541	5.222	4.399
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(11.687)	4.256
Correntes	-	-	(7.394)	(2.108)
Diferidos	-	-	(4.293)	6.364
Total	-	-	(11.687)	4.256
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	8,51%	(10,38%)

Os impostos de renda diferidos ativos não reconhecidos correspondem à parcela do benefício fiscal referente à utilização futura de perdas operacionais líquidas e diferenças temporárias que a Companhia não reconheceu devido à falta de expectativa de utilização em projeções futuras.

25. Instrumentos financeiros

A tabela a seguir mostra os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

As metodologias utilizadas pela Companhia para divulgar o valor justo foram as seguintes:

Instrumento financeiro	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo financeiro					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.696	11.245	89.812	56.447
Aplicações financeiras	Custo amortizado	-	-	18.921	17.265
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	1.162	736	268.942	125.153
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	115.552	75.411	91.811	6.515
Outros ativos	Custo amortizado	18.773	1.260	22.632	4.222
Total		137.183	88.652	492.118	209.602
Passivo financeiro					
Fornecedores	Custo amortizado	3.329	2.720	203.708	137.327
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	124.631	114.082	105.117	114.082
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.485	8.910	700.254	278.222
Instrumentos financeiros	Valor justo através do resultado	-	-	3.570	2.499
Outras contas a pagar	Custo amortizado	943	102	21.671	16.857
Total		130.388	125.814	1.034.320	548.987

Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, de liquidez e de mercado, resultantes de instrumentos financeiros. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os controles são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

A Companhia realiza a gestão do risco de crédito referente ao contas a receber através do contínuo acompanhamento dos vencimentos e prazos de financiamento das vendas, amparado por Política de Crédito e controles internos.

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. As perdas de crédito estimadas sobre os ativos financeiros reconhecidas no resultado foram evidenciadas na Nota Explicativa nº 22.

Contas a receber e outros recebíveis

O risco de crédito de contas a receber se deve a possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas e é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito por meio da obtenção de garantias junto aos clientes, sendo hipotecas, penhores, entre outros.

A Companhia constitui provisão para perdas de crédito esperadas quando se espera que a Companhia não consiga receber todos os valores devidos de acordo com os prazos dessas contas a receber, com base em análise de risco e levando em consideração o desempenho histórico dos clientes.

A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. Com base em dados históricos, é calculado o percentual de faturas emitidas que foram pagas em atraso ou nunca pagas. Usando uma análise prospectiva, uma provisão é reconhecida de acordo com o método simplificado permitido pela CPC 48.

Quanto ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação e com remuneração em títulos de renda fixa de baixo risco.

Contratos de mútuo

Os contratos de mútuo são celebrados entre os acionistas e o Companhia e formalizados por meio de instrumento contratual. A Companhia entende que o risco de crédito é baixo por se tratar de operações junto aos controladores que possuem comprovada capacidade financeira para liquidar o saldo. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 7, Saldos e transações com partes relacionadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o possível risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros.

A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos por meio de ferramentas internas de controle como Políticas, Comitês, nível de endividamento, definição de gastos e novas captações de recursos.

Risco de taxa de juros

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Instrumento de taxa variável	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.696	11.245	89.812	56.447
Aplicação financeira	-	-	18.921	17.265
Contas a receber de partes relacionadas	55.976	75.411	91.811	6.515
Empréstimos e financiamentos	(1.485)	(8.910)	(673.883)	(278.222)
Total	56.187	77.746	(473.339)	(197.995)

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia é remunerado pela CDI de 65% a 100%.

Risco de taxa de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, as quais são unicamente denominadas em dólares norte-americanos (US\$).

A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US\$) é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores estrangeiros	32	1.365	36.452	65.854
Empréstimos e financiamentos	-	-	172.645	40.401
Exposição líquida	32	1.365	209.097	106.255

Operações com instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos têm a finalidade de proteger a Companhia da exposição à moeda estrangeira. A Companhia não possui ou emite instrumentos de derivativos para fins especulativos.

A Companhia utiliza contratos de câmbio a termo para mitigar a exposição cambial decorrente de compras de matérias-primas em dólares norte-americanos.

Durante o exercício de 2021, a Companhia designou os contratos de câmbio a termo como *hedge* de fluxo de caixa. No exercício de 2022, a Companhia não efetuou novas designações e passou a reconhecer os efeitos destes instrumentos diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são mensurados pelo valor justo e estão resumidos a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Contratos NDF	3.181	2.499
Contratos SWAP	389	-
Passivos financeiros derivativos	3.570	2.499

Hedge de fluxo de caixa

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Movimentação no valor justo do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em outros resultados abrangentes	(988)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(988)
Movimentação no valor justo do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em outros resultados abrangentes	988
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

Posição em 2022

Operação	Data de vencimento	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM (BRL)
NDF	Junho de 2023	BRL	USD	Banco do Brasil	14.282	(2.854)
NDF	Abril de 2023	BRL	USD	Banco Itaú	11.113	(265)
NDF	Março de 2023	BRL	EUR	Banco Itaú	7.931	(62)
SWAP	Julho de 2023	BRL	USD	Banco Bradesco	1.399	(389)
Total					34.725	(3.570)

Posição em 2021

Operação	Data de vencimento	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM (BRL)
NDF	Junho de 2022	BRL	USD	Banco do Brasil	2.049	(351)
NDF	Julho de 2022	BRL	USD	Banco CCB	2.207	(36)
NDF	Março de 2022	BRL	USD	Banco Daycoval	2.284	(681)
NDF	Abril de 2022	BRL	USD	Banco Itaú	6.146	(443)
NDF	Fevereiro de 2022	BRL	EUR	Banco Itaú	9.458	(988)
Total					22.144	(2.499)

26. Eventos subsequentes

Atualizações no quadro societário

Com o registro da redução de capital das holdings acionistas da Fourbac, se tornou possível ser realizada a entrega da participação detida por elas na Superbac aos acionistas pessoas físicas (David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer e Ruben Feffer); As participações das pessoas físicas na Superbac foram aportadas na Fourinvest Up Participações Ltda, empresa constituída em 08 de maio de 2023 e com aumento de capital registrado em 19 de maio 2023.

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, no sentido de que uma decisão definitiva individual sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos a partir de uma decisão da Corte em sentido contrário do STF, proferida em ação direta de inconstitucionalidade ou repercussão geral. Baseada no posicionamento do STF e no Ofício-Circular 1/2023, emitido pela CVM, a Sociedade e os assessores jurídicos externos avaliaram o tema e os impactos nas suas contingências e, baseada nas informações dos assessores, informa que neste momento não foram identificados processos que pudessem representar impactos em suas demonstrações financeiras.

Encerramento do Contrato de Combinação de Negócios com a XPAC

No dia 02 de maio de 2023, a SuperBac Bio, controladora da Companhia, informou à XPAC que decidiu rescindir o Contrato de Combinação de Negócios com base em diversos fatores, incluindo condições de mercado desfavoráveis, riscos de se tornar uma empresa de capital aberto em um mercado desafiador e a falta de investimentos PIPE que forneceriam recursos à PubCo. A partir de 03 de maio de 2023, ambas as partes concordaram em rescindir o contrato de acordo com um Contrato de Rescisão, que inclui a liberação mútua de responsabilidades e a rescisão automática de outros contratos relacionados.

Assinatura de contrato de investimento

Após a rescisão do Contrato de Combinação de Negócios, a SuperBac e o negócio de *private equity* da XP Inc. e suas subsidiárias ("XP Private Equity") passaram a buscar um investimento privado na SuperBac para apoiar o crescimento contínuo da SuperBac como uma empresa privada.

Tal investimento privado foi realizado com o fundo XP Private Equity II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo XP"). A operação com o Fundo XP foi consumada em 12 de maio de 2023, através da assinatura do *Investment Agreement And Other Covenants* ("Contrato"). Com a assinatura do contrato, o Fundo XP integralizará na Superbac o montante de R\$ 300.000.000 e, em troca desse montante, deterá uma participação de 30% do seu capital social. Na data de assinatura do contrato, o Fundo XP integralizou R\$ 30.000.000 na Superbac, a título de adiantamento de integralização, sendo que os restantes R\$ 270.000.000 serão integralizados em até 30 dias após a data da assinatura do Contrato.

No dia 29 de junho de 2023, o referido contrato foi aprovado em assembleia geral extraordinária pelos acionistas da Superbac Biotechnology.

* * *